

Crônica e análise de uma vitória histórica do movimento indígena

Decio Machado

*Especialista em comunicação e analista político espanhol radicado no Equador
há mais de uma década*

Tradução Jeudiel Martinez

O final da era correísta foi dantesco em relação à gestão realizada durante o primeiro mandato de Rafael Correa. Foi nesse momento que a sociedade equatoriana começou a entender a enorme distância entre a realidade atual do país e a imagem que havia sido forjada pelo forte aparato de propaganda do regime, dentro e fora do Equador.

Além do fato de o poder executivo ter submetido o restante dos poderes do Estado sob seu controle, lógica de qualquer governo com perfil autoritário, a corrupção institucional historicamente existente no país foi tecnicada e o protesto social foi brutalmente criminalizado. Vários líderes indígenas em territórios resistentes à pressão extrativista foram mortos sob a mais absoluta impunidade, exercendo a repressão mais brutal do regime na greve nacional convocada pelo movimento indígena e pelas organizações sindicais em agosto de 2015. No plano econômico e finalizado o *boom das commodities*, Rafael Correa entregou um país em que os gastos públicos eram muito maiores que a renda permanente necessária para sustentá-los, o que implicava reformas estruturais que abriam a possibilidade de diferentes opções para o novo governo de Lenín Moreno.

A posse presidencial de Lenín Moreno ocorreu em maio de 2017; No entanto, a produção no país havia estagnado desde 2014, não sendo reativada desde então até agora. A renda média por habitante nesses seis anos quase não se moveu em uma faixa de 20 dólares para baixo, alcançando o *emprego adequado* - eufemismo inventado na era correísta para indicar aqueles que pelo menos recebem o equivalente ao salário mínimo (394 dólares) - para apenas 37,9% da população econômica ativa.

A deterioração do poder de compra da sociedade equatoriana tem como grupos mais afetados os assalariados privados e os trabalhadores autônomos, que nos últimos seis anos não viram praticamente nenhum crescimento em seus salários. No entanto, durante o período da administração morenista e para reduzir o volume de um Estado descrito como obeso, 20 ministérios foram eliminados e 23 mil funcionários públicos foram demitidos. Nas atuais condições de estagnação econômica no país e com um setor empresarial que investe bem abaixo da média latino-americana na economia nacional, que já é irrisória, o mercado de trabalho privado não tem sido capaz de absorver os servidores públicos demitidos, incorporando-os ao exército de reserva do mercado de trabalho equatoriano.

Paralelamente, os bancos e outros grandes grupos de capitais que operam na economia equatoriana continuaram obtendo lucros milionários - como acontecia durante o período da gestão correísta - apesar da estagnação. Entre 2015 e 2018, os bancos obtiveram lucros de 1.777 milhões de dólares, enquanto apenas 30 empresas obtiveram quase cinco bilhões de dólares no mesmo conceito. Em contraste, a alta desigualdade na distribuição da propriedade da terra permaneceu.

Com uma economia dolarizada desde o início do século, que anula qualquer capacidade de soberania monetária, e na ausência de renda permanente, apesar dos sofismas de propaganda da industrialização por substituição de importações e mudança de matriz produtiva levantada durante o regime de Correa, a dívida começou a disparar desproporcionalmente. Entre 2010 e 2019, a dívida equatoriana cresceu 7 vezes, de US \$ 538,81 para US \$ 3.582; os pagamentos de juros por equatoriano cresceram 11 vezes, de US \$ 38,31 para US \$ 435,29; e os gastos com dívidas cresceram 12 vezes, passando de US \$ 613 milhões para US \$ 7,4 bilhões. Em termos comparativos, a despesa atual da dívida (juros e amortização de 7,4 bilhões de dólares) excede quase o dobro do orçamento da educação (4.970,9 milhões de dólares) e quase três vezes o orçamento da saúde (2.882,9 milhões de dólares).

Assim, enquanto a propaganda correísta nas mãos de jovens tecnocratas da comunicação e publicidade - aprendizes andinos de Goebbels - definia economicamente o país como a *onça latino-americana*, a sociedade equatoriana acabou descobrindo que o Equador não deixou de ser um *bicho-preguiça* desdentado que vivia de receitas de petróleo em uma economia rentista que funcionava adequadamente apenas enquanto durava o *boom das commodities*.

Dessa forma, os gastos do consumidor vêm diminuindo tanto em termos públicos quanto privados, evidenciando claramente como os serviços públicos estão se deteriorando gradualmente. Após a grande festa liderada por superávits de petróleo, nunca houve uma redistribuição de riqueza durante o período correísta, mas a transferência de superávits estatais para sustentar políticas de subsídios e investimentos públicos em infraestrutura - modernização do estado capitalista -, o motor foi desligado da economia nacional. Até as importações de máquinas foram reduzidas até hoje, refletindo a capacidade limitada de sustentar a tão esperada tecnificação produtiva com a

qual todo o estabelecimento político e de negócios sonha no país. Consequência de tudo isso: desaceleração econômica.

Dessa forma, o aumento do déficit fiscal foi seguido por um aumento no endividamento, que por sua vez foi seguido por problemas de acesso ao financiamento, o que fez com que as reservas internacionais do país diminuíssem. Com empréstimos internacionais chineses a taxas de juros remanescentes de El Avaro de Molière, o governo de Moreno decidiu render, de corpo e alma, ao FMI.

Nesse contexto, o Equador de Lenín Moreno, que até maio de 2018 - data de nomeação do atual Ministro da Economia e Finanças - não estava claro sobre seu roteiro econômico, decidiu se adaptar às receitas fondomonetaristas para equilibrar a economia nacional. Em troca de 4.200 milhões de dólares que o FMI deve desembolsar ao longo de três anos e 6.000 milhões a mais de outras organizações multilaterais, Moreno comprometeu-se a realizar um forte ajuste econômico com o objetivo de alcançar saldos fiscais e externos a curto prazo, liberalizando e flexibilizando a economia nacional, enquanto, a médio e longo prazo, o caráter de exportação primária que acompanhou a história econômica do Equador será aprofundado. O discurso era o que sempre se aplica antes deste tipo de medidas: "Somos obrigados a pedir ao povo equatoriano um sacrifício devido às condições em que recebemos o país ..."

O antecedente à greve Nacional

Com territórios claramente esquecidos na periferia do país devido à falta de recursos do Estado, a greve eclodiu na província de Carchi. Lá, em um território com um PIB per capita de quase metade do que Pichincha possui – onde se localiza a capital do país –, dos 34.853 milhões de dólares do Orçamento Geral do Estado no ano de 2018, apenas 64 milhões correspondiam à Carchi, atingindo seu índice de necessidades básicas não atendidas para 45% da população. Com uma taxa de emprego decente de apenas 26% em comparação com a média de 37,9% do país, a população de Carchi foi às ruas, cortando estradas, com seus governos municipais e provinciais à frente das mobilizações junto a sindicatos e movimentos sociais.

Inicialmente, o governo se recusou a negociar enquanto a greve continuasse. Depois de sete dias de mobilizações contínuas e com o principal acesso à fronteira com a

Colômbia interrompido pelos manifestantes – centenas de caminhões ficaram presos, apodrecendo os alimentos perecíveis que transportavam – Lenin Moreno foi forçado a negociar com os grevistas aceitando uma parte importante de suas reivindicações. Tudo isso antes de empreender uma forte repressão pelas forças de ordem pública que tiveram como resposta popular o assalto ao prédio do governo – sede do governo central no território – na cidade de Tulcán, capital da província.

Em 30 de setembro, greve em Carchi foi resolvida, apenas dois dias antes do início das lutas em nível nacional. Sua resolução foi resultado do fato de que os líderes da greve carcheana detectaram as operações de atores externos à província ligados ao correísmo, que estavam tentando fazer uma estratégia de mobilização fora das demandas dos mobilizados e dividindo o movimento.

Deve-se notar que o governo nacional e, especialmente, sua frente política demonstraram não ter aprendido nada com os eventos ocorridos durante a semana de bloqueio de estradas e conflitos constantes entre a população Carchense e o aparato repressivo do Estado.

É evidente que o presidente Lenín Moreno lidera um governo extremamente fraco, sem base social e sem inteligência política. O apoio à sua administração é inferior a 16%, grande parte de seus ministros mal tem uma aparência pública e quem administra a frente política do governo é María Paula Romo – Ministra do Interior – que, juntamente com Juan Sebastián Roldán – secretário particular da Presidente e porta-voz oficial do Executivo – vêm de uma organização chamada Ruptura de los 25, que se definiu como uma “organização política moderna e contemporânea” anos atrás, mas atualmente exerce a antiga política por meio de seus jovens líderes.

Se a administração da crise de Carchi foi patética por parte dos funcionários do governo, o que dizer sobre o que viria logo depois ...

E a greve nacional chegou

Assim, chegou 1º de outubro, quando Lenín Moreno, por meio de um canal de televisão governamental, anunciaria o que as organizações sociais definiriam como um *pacotão* neoliberal com base nos requisitos de ajuste orçamentário implementados pelo FMI. O presidente anunciaria nesse momento que, por meio do Decreto Presidencial 883,

o subsídio ao combustível seria eliminado, ao mesmo tempo que a redução de 20% da massa salarial de todos os eventuais contratos eventuais no serviço público renovados, a redução do período de férias anuais dos funcionários públicos de 30 para 15 dias, bem como a obrigação por parte dos trabalhadores das empresas públicas de contribuir obrigatoriamente com um dia de salário mensal para o tesouro público. Paralelamente, foram decretadas uma série de medidas trabalhistas que implicam a flexibilização do mercado de trabalho privado, justificando-o sob o argumento da necessidade de implementar um modelo de acordo com os novos tempos.

No dia seguinte, a Confederação Nacional Indígena do Equador (CONAIE), juntamente com outras organizações sindicais e sociais do país, anunciou a convocação de uma grande greve nacional contra as medidas econômicas do governo.

Entre a mesma quarta-feira (2) e domingo (6) de outubro, ocorreram várias assembleias populares principalmente em províncias de forte ascendência indígena, áreas da Sierra Central e o território amazônico. Paralelamente, começaram a ocorrer bloqueios de estradas e mobilizações em diferentes locais. No sábado e domingo, os bloqueios de estradas já haviam paralisado todo o Equador. Da mesma forma, em Quito, os estudantes universitários saíram às ruas em solidariedade ao apelo indígena, pela revogação do Decreto 883 e o restante das medidas econômicas anunciadas pelo Presidente da República. A resposta do governo foi a repressão, acompanhada de uma surpreendente declaração do estado de exceção (limitação dos direitos de trânsito, associação e reunião, liberdade de informação, inviolabilidade do domicílio e correspondência).

Um presidente obviamente nervoso, Lenín Moreno, anunciaria esse estado de exceção em uma nova transmissão televisiva governamental, na qual apareceria cercado por seu vice-presidente, Otto Sonnenholzner (um jovem empresário sem experiência política oriundo das elites costeiras, nomeado a dedo após a prisão por ligação no caso da Odebrecht de seu primeiro vice-presidente – Jorge Glass – e a demissão de sua segunda vice-presidente – Maria Alejandra Vicuña – para coleta de subornos), seu Ministro da Defesa e os principais comandantes dos diferentes órgãos das Forças Armadas.

Para surpresa da sociedade equatoriana, a transmissão do pronunciamento presidencial foi feita em Guayaquil, a segunda maior cidade do país. O governo nacional havia abandonado a capital do país à noite. O que pretendia ser um ato de força com a

declaração do estado de exceção tornou-se a – em termos de comunicação – na visualização mais palpável da fraqueza do governo.

O governo havia deixado o Palácio Carondelet porque temia que as instalações presidenciais fossem tomadas pelos manifestantes. Pensar nessa possibilidade era, por sua vez, pensar que suas forças armadas permitiriam o acesso dos manifestantes, evidenciando sua desconfiança em relação ao próprio exército equatoriano apostando em uma mudança de comando no país, devido à incapacidade demonstrada do governo.

Na mesma noite e nos dias seguintes, Oswaldo Jarrín, atual ministro da Defesa e que em 2012 qualificou a dissociação do Equador com a Escola das Américas como um sinal do "fundamentalismo ideológico" do governo de Rafael Correa, ameaçou repetidamente os manifestantes com o uso de armas letais se estivessem ocupando instalações que o governo considerasse estratégicas. Nada importava e as mobilizações continuaram em escala nacional.

Na segunda-feira, 7 de outubro, começaram a chegar a Quito milhares de manifestantes das províncias indígenas. As entradas da capital foram fortemente vigiadas por contingentes de operações especiais da Polícia Nacional. Apesar disso e tendo em vista o número crescente de manifestantes, os indígenas entraram em Quito, não sem fortes confrontos e até tanques e carros-patrolha queimados. Centenas de pessoas foram presas e feridas nos motins.

Apesar da forte campanha de medo articulada nas redes sociais por *influencers* de perfil conservador, entre os bairros humildes de Quito, na periferia da cidade, houve muitos gestos de solidariedade antes da chegada dos indígenas. Os indígenas se reuniram em El Arbolito, um parque central da capital equatoriana, onde ocorreram episódios históricos que acabaram derrubando vários governos durante a década de instabilidade política que precedeu a chegada de Rafael Correa ao palácio presidencial de Carondelet.

Na terça-feira, 8 de outubro e quarta-feira, 9 de outubro, numerosos grupos indígenas continuaram a chegar à capital, enquanto no restante do território nacional várias instalações do governo foram tomadas pelos indígenas, os bloqueios foram mantidos e até poços de petróleo foram ocupados na zona amazônica fechando seu bombeamento. O último grupo a chegar à capital foi na quinta-feira à noite, momento em que outros milhares de indígenas chegaram dos territórios amazônicos.

O grito foi uníssono em todo o país: "A mobilização é indefinida até que o governo nacional revogue o Decreto 883 e o pacote neoliberal". Enquanto isso, em Quito, as mobilizações aconteciam em todos os lugares e a todas as horas, intensificando gradualmente a repressão policial aos manifestantes. Nos territórios indígenas e mesmo na capital, foram detidos diferentes destacamentos militares e efetivos da Polícia Nacional, todos posteriormente entregues às autoridades do Estado sem danos ou ferimentos, enquanto paralelamente as prisões de manifestantes aumentaram acima de mil, milhares de feridos foram socorridos e cinco fatalidades foram contadas até a noite de 12 de outubro. Alguns dos homens uniformizados detidos foram forçados a carregar nos ombros os caixões dos índios caídos durante os dias de mobilização sob o lema de que "sentem o peso de nossos mortos sobre seus homens".

Duas condições interessantes ocorreram na capital equatoriana: por um lado, era palpável estratégia de twitteiros, geradores de opinião pública em vários meios de comunicação e vários jornalistas desqualificando o movimento indígena nas redes sociais; enquanto, por outro lado, na vida real, a solidariedade com os manifestantes era mais do que palpável. Enquanto as redes sociais ainda são um espaço para as elites equatorianas, dada a democratização digital ainda escassa no país; Estudantes universitários de todos os tipos de disciplinas, especialmente medicina e enfermagem, praticavam assistência médica diária aos feridos nos campus das universidades. Ao mesmo tempo, grandes setores da sociedade de Quito entregaram cobertores, roupas, sapatos, comida e água nos acampamentos onde os recém chegados à cidade passavam a noite. Por último, foi criada uma ampla implantação de mídias alternativas para cobrir as mobilizações que estavam sendo criminalizadas na mídia tradicional. Um Quito solidário com os historicamente esquecidos foi visto contra um Quito predominante no mundo digital, cheio de preconceitos e com uma estratégia claramente projetada para criminalizar os mais pobres da sociedade equatoriana. Vale dizer que a estratégia de confrontar os brancos urbanos com os habitantes acobreados das áreas rurais do país não funcionou, nem serviu para assustar as classes ricas de Quito para enfrentar os pobres vindos de outras terras. De fato, segundo o pesquisador CEDATOS, nada suspeito de ser de esquerda, 76% dos equatorianos apóiam o slogan indígena de revogar o Decreto 883.

As mobilizações foram surpreendidas por hordas que não responderam ao chamado dos movimentos sociais e que se infiltraram nas mobilizações. Aqui foram combinados grupos criminosos que procuravam usufruir da propriedades de outras

peças, grupos organizados pela sensibilidade política correísta e populações que chegavam de bairros urbanos marginais não apenas para exigir o fim das medidas econômicas, mas a saída do governo. Ambos os grupos coincidiram em semear o caos em diferentes momentos das mobilizações.

O CONAIE, em várias ocasiões, se dissociou dessas ações de vandalismo, formando até uma guarda indígena que colocou ordem nas manifestações ocorridas na capital. A turba não pertencente às mobilizações promovidas pelos movimentos sociais foi forçada a atuar em áreas onde não passavam pelas manifestações, queimando a Controladoria Geral do Estado, local onde foram mantidos os registros de investigação de corrupção institucional ocorridos durante a década correísta. Suspeitosamente, esse ataque ocorreu ante a passividade da força pública

Na tarde de 12 de outubro, “Dia da Interculturalidade e Plurinacionalidade” no Equador, o Governo Nacional, que em inúmeras ocasiões reiterou afirmando que não discutia o Decreto 883, foi forçado a concordar em analisar seu conteúdo com os manifestantes. Horas antes, o movimento de mulheres de Quito havia saído às ruas com mulheres indígenas declarando María Paula Romo, Ministra do Interior e que se define como feminista, responsável pela repressão e traidora do movimento de mulheres.

Foi o suficiente o anúncio de que o CONAIE estava reunindo seus líderes para analisar a proposta de diálogo de Lenín Moreno, exigindo garantias mínimas (negociar em local independente sob os auspícios da Conferência Episcopal do Equador e das Nações Unidas) e que esse diálogo fosse público e retransmitido pela mídia, para que a emoção nas ruas de Quito fosse ainda maior. A partir desse momento, vários grupos descontrolados, muitos deles possivelmente impulsionados por atores alheios às convocações, semeariam o caos por toda a cidade.

Dada a incapacidade de administração do Ministério do Interior, o aparato militar pressionou o presidente Lenin Moreno a decretar o toque de recolher. A partir das 15h, foi proibido o trânsito nas ruas e os distritos em que os índios se concentravam para se destacar da trama desestabilizadora foram cercados pelo aparato repressivo do Estado. Nas universidades, os estudantes eram forçados a armar cadeias humanas diante dos militares e da polícia, interpondo seus corpos em defesa dos indígenas.

O movimento indígena imediatamente denunciou a atividade de grupos correístas após esses distúrbios. Já à noite, o CONAIE emitiu um comunicado reconhecendo a

vontade comovente e incansável do povo equatoriano de lutar contra o retorno das políticas neoliberais ao país, enquanto denunciava a decisão do Estado de continuar matando indígenas e pessoas nas ruas até derrotar a mobilização. Apesar disso, o CONAIE se comprometeu a manter a mobilização em nível nacional, rejeitando qualquer intenção de desacreditar a luta histórica que está ocorrendo no momento.

A noite de Quito terminou com um panelaço forte e confuso que se expandiu por toda a cidade. Alguns exigiram paz, outros a revogação das medidas econômicas implementadas pelo governo, mas em ambos os casos a população da capital disse ao Presidente da República que eles estavam expressando sua crítica em relação à administração do governo.

Na tarde de domingo, 12 de outubro, houve um diálogo entre diferentes líderes sociais com os povos e nacionalidades indígenas à frente e o governo nacional. Sob o título “mesas para um acordo de paz”, o governo nacional foi previamente obrigado a atender a cada uma das demandas indígenas: o encontro foi retransmitido ao vivo por várias redes de televisão, realizado em um complexo hoteleiro nos arredores da cidade – local imparcial – e foi patrocinado pelas Nações Unidas e pela Conferência Episcopal do Equador.

Após três horas de debate, o povo equatoriano assistiu a um episódio inusitado. O CONAIE disse ao Presidente Moreno que, se ele realmente quisesse a paz, retiraria o Decreto 883, ou então a mobilização seria mantida em Quito e em todo o país. O presidente Moreno e seu gabinete de ministros acabariam aceitando. Ontem à noite em Quito e em todo o país, tornou-se uma festa onde militares, policiais e pessoas se abraçaram em cada uma das barricadas de Quito, estradas bloqueadas por todo o país e instalações públicas tomadas.

A CONAIE cancelou a greve nacional ao vivo na mesma transmissão.

Análise final

Na agenda do movimento indígena, os sindicatos e as organizações sociais que apoiam a greve desemprego não estão derrubando o atual governo. A esquerda social e até mesmo a política não ganhariam nada agora com a saída de Lenín Moreno do palácio presidencial.

Uma convocação para eleições antecipadas só beneficiaria neste momento a chegada ao poder de um direita ainda mais reacionária ou de um correísmo. Dos mundos mais reivindicativos que compõem o tecido dos movimentos sociais equatorianos, principalmente indígenas e mulheres, ambas as opções são consideradas ainda piores que a continuidade do atual governo, apesar de sua direitização gradual.

Por outro lado, o correísmo, com uma agenda política urgente que busca desestabilizar o atual governo para prosseguir com a convocação de eleições antecipadas, demonstrou durante essas mobilizações que sua estratégia está baseada em uma política de *terra queimada*. Diante de um governo que, ao meio-dia de sábado, 11 de outubro, estava prestes a ceder em relação ao Decreto 883, objetivo fundamental da mobilização, optou por provocar o caos em Quito na defesa de seus interesses políticos institucionais. Quebrando, como ele tentou fazer antes na província de Carchi, a estratégia de combater os motoristas da greve nacional. Rafael Correa, de fora do país, tentou protagonizar a luta de um movimento que ele próprio havia criminalizado e reprimido durante a década de gestão de seu governo.

No campo da política institucional, a direita está dividida. Uma parte apoiou Lenín Moreno durante seu mandato, enquanto a outra se declarou abertamente oposta, apesar do fato de que durante essa crise os dois se uniram contra o movimento indígena. Para o setor empresarial, Moreno nada mais é do que uma *ponte*, ele é o presidente que deve aplicar políticas impopulares para que esse custo político e social não caia em seu futuro substituto. As correntes conservadoras, conscientes de que a fraqueza do governo lhes permite aspirar ao poder em fevereiro de 2021, uma vez restabelecida a normalidade, eles imediatamente marcarão diferenças com o presidente, entendendo que nada que pareça próximo ao atual governo nacional tem o menor possibilidade de ganhar as próximas eleições.

Da mesma forma, uma nova geração de políticos equatorianos que pretendiam substituir a antiga direita nacional atual foi queimada na gestão desta crise. Personagens com aspirações políticas notáveis como María Paula Romo, Juan Sebastián Roldán ou o próprio Otto Sonnenholzner demonstraram deficiências notáveis ao administrar o Estado em uma conjuntura como a atual, deixando poucas chances de reconfigurar sua imagem desgastada perante a sociedade equatoriana.

Paralelamente, a crise atual expôs alguns problemas estruturais que se estendem desde a constituição da República ao Estado do Equador: a velha matriz colonial, o racismo e uma desigualdade social ultrajante baseada em uma estrutura de classe acentuada ainda estão em vigor. No Equador, 42% da população indígena vive na pobreza, 18% vive na extrema pobreza e apenas 3% desse grupo social possui diplomas universitários.

Esse triunfo do movimento indígena na esfera das organizações sociais se opõe a uma esquerda política e institucional cada vez mais envelhecida, incapaz de gerar o menor elemento de atração entre a sociedade equatoriana. Enquanto o movimento indígena tornou visível uma nova ninhada de jovens líderes com grandes habilidades organizacionais para futuras lutas, a esquerda política institucional permanece apegada a um discurso do século passado e liderada por líderes com pouca vontade de ser substituídos.

O triunfo indígena liderado por suas novas estruturas de liderança, juntamente com quadros interessantes entre os jovens militantes do movimento de mulheres, permite vislumbrar um certo horizonte de otimismo na luta pela emancipação dos povos deste pequeno país andino. Paralelamente e à sua direita, há um governo fraco e derrotado que terá sérias dificuldades em administrar o país no que resta de seu mandato até as eleições de fevereiro de 2021.